

PANORAMA DAS EXPERIÊNCIAS DE LUTA ANTIRRACISTA NA DEFESA DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO ESTADO DO CEARÁ

Cicera Nunes¹

Itacir Marques da Luz²

Fábio Eduardo Cressoni³

RESUMO

No presente artigo traçamos um panorama das discussões sobre ações afirmativas no Brasil trazendo alguns marcos importantes das lutas dos movimentos negros brasileiros. No segundo momento, trazemos informações da agenda de luta antirracista no contexto cearense, apontando experiências importantes que colaboram para a ampliação desse debate nos últimos 15 (quinze) anos. Do ponto de vista metodológico trata-se de uma discussão teórica que toma como base nas produções que acontecem na esteira dos movimentos de luta antirracista no contexto nacional e do Estado do Ceará: (CARVALHO, 2003; CUNHA Jr., 2003; SANTOS e ROCHA, 2022; RATTTS, 1996; RIBEIRO, 1995; GOMES e VIEIRA, 2013; NUNES e BEZERRA, 2021; SILVA, 2023). Refletimos sobre o protagonismo do ativismo negro cearense na proposição dessa agenda e nos tensionamentos gerados, como continuidade de uma série histórica, que se intensifica no final do século XX e início do século XXI.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Movimentos negros; Ceará.

ABSTRACT

This article provides an overview of the discussions on affirmative action in Brazil, including some important milestones in the struggles of black Brazilian movements. Secondly, we provide information on the anti-racist agenda in the Ceará context, pointing out important experiences that have helped to broaden this debate over the last 15 (fifteen) years. From a methodological point of view,

¹ Professora Adjunta da Universidade Regional do Cariri (URCA). Pós-Doutora em Museologia (UFBA). Pós-Doutora em Ciências da Matemática (UFPA). Mestre e Doutora em Educação Brasileira (UFC). Pedagoga e Especialista em Arte-Educação (URCA). Professora do Mestrado Profissional em Educação e do Mestrado Profissional em Ensino de História (URCA). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais – NEGRER/URCA. Membro da ABPN -Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – Membro da ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

² Doutor em História da Educação (UFMG). Membro do Grupo de Estudos Cultura e Educação na América Portuguesa – GCAPGEPHE/UFMG - e do Grupo de Estudos Mundo Islâmico/Unilab e do Grupo de Estudos África Contemporânea – Unilab.

³ Pós-Doutor pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Licenciado em História e Pedagogia pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (2006). Especialista em Gestão Educacional (UNAR). Membro do Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Membro dos grupos de pesquisa interinstitucionais Jesuítas nas Américas (UNISINOS), África Contemporânea (UNILAB), HISTEDBR-UfSCar e da Société Internationale D'Études Jésuites (École Des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris).

this is a theoretical discussion based on the productions that have taken place in the wake of the anti-racist struggle movements in the national context and in the state of Ceará: (CARVALHO, 2003; CUNHA Jr., 2003; SANTOS and ROCHA, 2022; RATTTS, 1996; RIBEIRO, 1995; GOMES and VIEIRA, 2013; NUNES and BEZERRA, 2021; SILVA, 2023). We reflect on the role of black activism in Ceará in proposing this agenda and the tensions it has generated, as a continuation of a historical series that intensified at the end of the 20th century and the beginning of the 21st century.

Keywords: Affirmative action; Black movements; Ceará.

RESUMEN

En este artículo ofrecemos una visión general de los debates sobre la acción afirmativa en Brasil, trayendo a colación algunos hitos importantes en las luchas de los movimientos negros brasileños. En segundo lugar, informamos sobre la agenda antirracista en el contexto de Ceará, señalando importantes experiencias que han contribuido a ampliar este debate en los últimos 15 (quince) años. Desde el punto de vista metodológico, se trata de una discusión teórica basada en las producciones que han tenido lugar a raíz de los movimientos de lucha antirracista en el contexto nacional y en el estado de Ceará: (CARVALHO, 2003; CUNHA Jr., 2003; SANTOS y ROCHA, 2022; RATTTS, 1996; RIBEIRO, 1995; GOMES y VIEIRA, 2013; NUNES y BEZERRA, 2021; SILVA, 2023). Reflexionamos sobre el papel del activismo negro en Ceará en la propuesta de esta agenda y las tensiones que ha generado, como continuación de una serie histórica que se intensificó a finales del siglo XX y principios del siglo XXI.

Palabras clave: Acción afirmativa; Movimientos negros; Ceará.

INTRODUÇÃO

Historicamente, os movimentos negros desconstruíram a ideia de que não existe racismo no Brasil apontando que a abolição não aboliu a reprodução sistemática de desigualdades que atinge a população negra brasileira. Paralelo a esse processo trouxeram à centralidade desse debate a importância das políticas afirmativas como necessárias na superação das desigualdades históricas e no enfrentamento ao racismo. O debate se amplia a partir do início do século XXI com a implementação das primeiras iniciativas de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2000), Universidade de Brasília – UNB (2004) e a Universidade do Estado da Bahia – UNEB (2002) e consolida-se a partir de 2012 com a sanção da Lei Nº. 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades e institutos federais.

A educação, nesse contexto, foi pensada como lugar estratégico pelo seu importante papel na promoção de uma educação antirracista e por ser geradora de

oportunidades. Também, como parte desse contexto, as políticas curriculares devem criar as condições para o enfrentamento ao racismo epistêmico rompendo as dificuldades no campo da formação e da produção do conhecimento. É nesse sentido que a alteração na LDB 9.394/9, a partir da Lei Nº. 10.639/03, tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira articula-se às políticas de cotas oferecendo as condições para uma releitura das relações raciais brasileiras, do reconhecimento do racismo como um sistema de dominação que produz desigualdades que atinge a população negra, assim como, para que se reconheça a importância dos conhecimentos africanos no processo de formação da sociedade brasileira.

No Estado do Ceará, o ativismo político negro intensifica-se no final do século XX e questiona discurso iniciado um século antes por alguns intelectuais e por uma elite econômica e política branca que defendia a pouca influência do negro na constituição étnico-racial do povo cearense. Ao longo dos anos, construiu-se, assim, o discurso de que o Ceará não tem negros e que este é sujeito ausente da história do Estado gerando, com isso, consequência no campo das identidades e do avanço das políticas antirracistas.

No presente artigo traçamos um panorama das discussões sobre ações afirmativas no Brasil trazendo alguns marcos importantes pelos movimentos negros brasileiros. No segundo momento, trazemos informações da agenda de luta antirracista no contexto cearense destacando algumas experiências que colaboram para a ampliação desse debate nos últimos 15 (quinze) anos. Do ponto de vista metodológico trata-se de uma discussão teórica que toma como base nas produções que acontecem na esteira dos movimentos de luta antirracista no contexto nacional e do Estado do Ceará: (CARVALHO, 2003; CUNHA Jr., 2003; SANTOS e ROCHA, 2022; RATTIS, 1996; RIBEIRO, 1995; GOMES e VIEIRA, 2013; NUNES e BEZERRA, 2021; SILVA, 2023).

Não é propósito do presente artigo avaliar os limites e os avanços das políticas afirmativas nas experiências em curso no Estado do Ceará, mas destacar o protagonismo do ativismo negro cearense na proposição dessa agenda e nos tensionamentos gerados, como continuidade de uma série histórica, assim como a partir da interlocução com a intensificação desses debates no contexto nacional.

“NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”: A LUTA POR UMA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

Tudo se agita, os espíritos cultos lançam novas ideias com o fim de melhorar a situação mundial. O mundo está inflamado; alguma porção do globo não suporta a situação aflita da época [...] Só nós negras, caras patricias, extasiamos diante do acontecimento mundial. Quando as lutas se sucedem com o fim de melhorar a vida deste ou daquele povo, é sinal de que os espíritos tomam noção dos seus deveres e duas boas ideias são aceitas [...]. E nós, patricias, precisamos nos mover, sacudir a indolência que ainda nos domina e nos faz tardias. O cativo moral para nós negros ainda perdura. Muito a propósito do triste conceito que fazem de nós, olhemos o que nos preparam. Notemos a fundação desta Escola Luiz Gama com o fim de preparar meninas de cor para serviços domésticos [...]. Por esta iniciativa se vê que para os brancos não possuímos outra capacidade, outra utilidade ou outro direito a não ser eternamente o de escravo [...]. Mas isto não sucederá, só se não houver negros que sintam bem de perto a necessidade de nos movimentar para nossa reabilitação na vida social. A vida de um povo depende da sua juventude. Pois bem, nós além de jovens somos mulheres [...]. Mas podemos trabalhar, comungar as mesmas ideias? Em toda parte [...] instruindo-nos, procurando conhecer [...]. ('Apelo às Mulheres Negras'. Nice. O CLARIM. São Paulo, abril de 1935.apud. PEREIRA, 2007, p. 4-5)

Na citação acima, a professora Nice Cunha, dentro do contexto do movimento de imprensa negra, faz um chamado às mulheres negras do período destacando o acesso à escolarização como elemento importante na transformação da sociedade. Esse importante movimento do início do século XX superou a ideia equivocada de que a população negra sempre foi iletrada e desorganizada. Henrique Antunes Cunha, José Correia Leite, Jayme Aguiar, Nice Cunha, dentre outros, eram homens e mulheres de profunda formação intelectual e política. Esse grupo, para além do legado deixado na produção dos jornais da época, estiveram presentes na formação das primeiras organizações negras e ações políticas movidas nesse período.

O Jornal O Quilombo é parte desse contexto e desde o seu primeiro número de 1948, na coluna "Nosso Programa", apresentava uma série de cinco propostas, a terceira das quais dizia o seguinte: Lutar para que, enquanto não for gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do País, inclusive nos estabelecimentos militares (CARVALHO, 2003).

A primeira tentativa voltada para a criação de uma política de cotas foi o Projeto de Lei n.º 1.332, de 7 de junho de 1983, de autoria do então deputado

Abdias Nascimento (PDT/RJ), que previa a reserva de pelo menos 20% de vagas para homens negros e 20% (vinte por cento) de vagas para mulheres negras, em todos os órgãos da administração pública, direta e indireta, de níveis federal, estadual e municipal, em todos os postos de trabalho e direção (SILVA e CARMO, 2017). As autoras destacam o caráter inovador desse projeto, arquivado posteriormente, ao buscar inserir a população negra no mercado de trabalho e fazer a distinção de gênero ao estabelecer um percentual equânime para mulheres e homens.

Destaca-se que no final do século XX intensificam-se as mobilizações dos movimentos negros em torno dessa pauta, ao tempo em que denunciam a escola e a universidade como espaços excludentes e transmissores de uma ideologia racista. Temos como marcos importantes desse contexto de reivindicações: a realização da Marcha Zumbi dos Palmares, pela Cidadania e a Vida em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995; e a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001, em Durban, África do Sul, quando o governo brasileiro se compromete com a implementação de políticas afirmativas de enfrentamento ao racismo.

Dessa forma, as primeiras experiências de políticas afirmativas no âmbito acadêmico que surgem no início do século XXI são fruto de uma série histórica de propostas e reivindicações. Essas ações começam a se consolidar em 2012 com a aprovação da Lei n.º 12.711, que instituiu o ingresso através das cotas nas universidades e institutos federais dos (as) estudantes que cursaram integralmente o ensino médio na escola pública e que comprovem renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. A Lei de Cotas também associa os critérios socioeconômicos aos de raça/cor. Azevedo (2019, p. 107) ressalta que “[...] anteriormente a essa política pública, muitas instituições, utilizando da autonomia universitária por meio de seus conselhos, já adotaram ações afirmativas nas formas de ingresso e acesso, e que essas foram fruto das lutas dos movimentos sociais envolvidos em diferentes níveis”. Essa política, com recente atualização pelo governo federal, passar a incluir, a partir de 2023, os sujeitos quilombolas e a ampliação para os programas de pós-graduação.

Em 2014 é sancionada Lei Federal Nº. 12.990/2014 que, fundada exclusivamente em critério de raça/cor no Brasil, reserva 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das

fundações públicas, das empresas públicas e, das sociedades de economia mista controladas pela União.

No contexto das discussões sobre a necessidade de a universidade assumir um compromisso político e ético com relação ao cenário de desigualdades gerados pelo racismo estrutural é que Carvalho (2006) destaca a necessidade de uma revisão dos modelos de interpretação das relações raciais brasileira. Pois, segundo o autor, paradoxalmente, foi desse ambiente segregado que saíram todas as teorias que negam o racismo no Brasil, demandando, portanto, não apenas uma releitura, mas que também os pesquisadores (as) vinculados (as) a estas instituições se posicionem acerca dessa realidade que a universidade brasileira participou.

Para Cunha Jr. (2003) "quem não tem pesquisa científica, não tem política pública". O autor destaca a falta de pesquisadores negros tem implicações nos espaços de poder e decisão política. Como exemplo se refere ao fato de que temáticas como a educação e a saúde dos afrodescendentes só vieram para a pauta do país depois que os movimentos negros promoveram formação para uma centena de especialistas e pesquisadores nessas áreas e produziram um número acentuado de trabalhos científicos.

Vieira (2021) reflete sobre o importante papel da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros nesse processo. Essa associação científica, fundada em 2000, durante o I Congresso de Pesquisadores Negros que aconteceu em Recife, além de congregar pesquisadores (as) negros (as) de diferentes instituições brasileiras tem como um dos seus principais objetivos fortalecer a produção acadêmica-científica em temas de interesse da população negra. Com isso, articula o Consórcio Nacional de Núcleos Afro-Brasileiros, Indígenas e grupos correlatos (CONNEABs) que tem tido importante atuação no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras. Para o autor, o acúmulo de conhecimentos relativos ao tema da população negra dos pesquisadores (as) ligados à ABPN tem sido importante na análise das experiências de ações afirmativas em curso, assim como, nos espaços de proposição e avaliação dessas políticas que a Associação tem ocupado.

Diante do exposto, o racismo acadêmico vem sendo historicamente questionado no Brasil pelas organizações dos movimentos negros, tanto no acesso a estudantes e professores (as) negros (as) aos cursos universitários, quanto no campo da produção do conhecimento que se processa na negação das

contribuições do continente africano à história da humanidade e ao processo de formação da sociedade brasileira. A educação se insere nesse enfrentamento político-pedagógico-científico como um instrumento profícuo de questionamento e de transformação das estruturas raciais reprodutoras das desigualdades históricas entre negros e brancos no Brasil (SANTOS e ROCHA, 2022).

Nesse contexto, a reivindicação por uma política de ações afirmativas entra na pauta da agenda de luta antirracista ao longo do século XX enquanto ações importantes na promoção da justiça racial nos possibilitando tensionar as relações assimétricas de poder no contexto científico brasileiro.

Essas mudanças que começaram a ocorrer no cenário acadêmico no início do século XXI e tensionam para que essas instituições de ensino superior aprendam a lidar com sujeitos sociais concretos, com outras trajetórias de vida, com outras formas de lidar com o saber, como destaca Gomes (2011, p. 138):

As ações afirmativas trazem em si uma nova pedagogia: a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes. Estes deveriam ser matéria de reflexão teórica, uma vez que possibilitam a construção de um diálogo epistemológico. No caso específico da educação superior, essas políticas deveriam ser entendidas como canais profícuos de chegada à Universidade de saberes produzidos não só pelo movimento negro e pela comunidade negra em geral, mas, sobretudo, pela juventude negra.

Em diálogo com essas reivindicações históricas e com as discussões no contexto nacional é que os movimentos negros cearenses têm apresentado proposições a esse debate, ao tempo em que fortalecem uma agenda de luta antirracista.

A PAUTA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NAS AÇÕES MOVIDAS PELOS MOVIMENTOS NEGROS CEARENSE

No Ceará podemos situar a discussão no contexto das reflexões de uma questão mais ampla que diz respeito a um problema ideológico e que teve como consequência a negação da presença negra no território cearense. Essa história começa a ser redesenhada no final do século XX a partir das ações movidas pelos movimentos a partir da década de 1980 e dos primeiros estudos que se propõem a fazer uma releitura desse contexto. De acordo com Ratts (2011, p. 36) o período entre 1982 e 1995 marca a formação do Grupo de União e Consciência Negra

(posteriormente rearticulado como GRUCON), da atuação dos Agentes de Pastoral Negro e de outros grupos. Trata-se, segundo o autor, de um período marcado pela afirmação política negra, denúncia do racismo e início de trabalhos mais regulares no campo da educação, do ensino, da pesquisa.

É a partir das ações do Fórum de Entidades Negras, composto a partir do Grupo de União e Consciência Negra e dos Agentes de Pastoral Negros que se realiza em maio de 1992 o "Seminário Negrada Negada: o negro no Ceará". Nessa ocasião é lida uma lista de comunidades negras cearenses. Em 1996 Alex Ratts desenvolve a pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo – USP, intitulada "Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará" onde traz à tona a existência de agrupamentos indígenas e negros apontando que as fronteiras étnico-raciais estão em movimento. Para o autor: "A invisibilidade negra (e indígena) no Ceará é um discurso geográfico, político. Se não há negros, não há por que existir movimento, história e direito dos negros" (RATTS, 2011, p. 22).

Nos últimos 15 (quinze) anos tem se ampliado as discussões e produções nesse campo a partir de inúmeras ações protagonizadas pelas organizações dos movimentos negros e por pesquisadores negros (as) a partir de um diálogo que se fortalece com as escolas e as universidades cearenses. Essas ações, protagonizadas por coletivos/organizações negras, surgem em diferentes regiões do Estado e reivindicam o reconhecimento das suas existências como sujeitos de direitos, denunciam o atraso histórico na implementação de políticas antirracistas no Ceará, ao tempo que fortalecem uma agenda importante de proposições desse debate, dentre as quais destacamos:

- 1.As inúmeras ações movidas pelas organizações dos movimentos negro cearense que ocupam os espaços de debate e incidência política no diálogo com a sociedade civil, instituições públicas e privadas, no fortalecimento das demandas políticas para o público quilombola, junto as comunidades universitárias. No Cariri cearense, o Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC, criado em 2001 por um grupo de pessoas que carregavam experiências de ativismo político em vários lugares do Brasil, acompanhando o contexto nacional e internacional de discussões sobre políticas afirmativas tem acompanhado o processo de implementação dessas políticas. Silva (2023) destaca que o GRUNEC tem gerado incidência política a partir do debate étnico-racial nos espaços públicos e privados: escolas, universidades, câmaras legislativas, conselhos e secretarias municipais e

estaduais, fóruns, audiências públicas, comunidades rurais, periféricas, centros urbanos, penitenciárias, órgãos do sistema de justiça, dentre outros. Dentre as inúmeras atividades que realiza, a Marcha Regional das Mulheres Negras, que acontece a cada dois anos desde 2015, tem tido importante papel na denúncia das desigualdades de gênero e trazido à tona os efeitos da violência racista sobre a vida das mulheres negras. De acordo com Nunes e Bezerra (2021, p. 68):

Os acontecimentos das marchas são marcos importantes para a consolidação e importância do Movimento de Mulheres Negras no Cariri cearense, com suas demandas, bandeiras de luta que se repetem ao longo da caminhada, visto que as mulheres negras sempre denunciaram as formas de aniquilamento e opressão.

Da mesma forma, o Movimento Negro Unificado – MNU, criado em 1978, de abrangência nacional, no Ceará tem travado o debate do enfrentamento ao racismo estrutural a partir do reconhecimento das demandas que envolvem as vidas da população negra no estado no acesso à educação, à saúde, no diálogo com o Ministério Público para monitoramento das políticas de cotas e das políticas curriculares, a exemplo da criação do Grupo de Trabalho Educação para as Relações Étnico-Raciais do Ministério Público do Estado do Ceará que vem desenvolvendo um importante diagnóstico da implementação das relações étnico-raciais na educação básica e superior.

2.O Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra - O evento, que em 2023 completou 14 (quatorze) anos, acontece a partir de uma articulação entre as universidades públicas da região Sul do Estado do Ceará: Universidade Regional do Cariri, Universidade Federal do Cariri, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em intercâmbio com a Universidade Federal do Ceará e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB na região Norte do Estado e com a Universidade do Tennessee nos Estados Unidos, e em parceria com o Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC, Associação Libertária de Desenvolvimento e Educação Interativa Ambientalmente Sustentável – ALDEIAS, Terreiro Cariri Movimento de Arte e Cultura do Sopé e Serra do Araripe – MOACPÉS. Trata-se de uma ação itinerante, interdisciplinar, de abrangência internacional que tem contribuído para fomentar a ampliação dos estudos nesse campo, promover ações formativas para professores (as) de educação básica e estabelecer um estreito diálogo com os territórios negros nos trânsitos que realiza entre os ambientes acadêmicos, escolas de educação básica, centros culturais, praças, feiras livres, os terreiros dos mestres e mestras da cultura, os territórios

quilombolas.

É a partir desse diálogo entre academia, movimentos sociais e terreiros de sabedoria ancestral que são apresentadas proposições no campo das políticas públicas gerando iniciativas que fortalecem a luta antirracista, dentre estas as reivindicações que tem se colocado no contexto das reflexões que acontecem no processo de construção e de realização do evento sobre a necessidade do monitoramento, da avaliação e da ampliação das políticas afirmativas nas universidades do Estado do Ceará (NUNES e LUZ, 2022). Uma das reivindicações importantes dessa ação trata-se da necessidade das universidades e das políticas para a educação básica avançarem no reconhecimento de outras formas de saberes que se produzem nos territórios negros, tendo as mestras e mestres da tradição e as lideranças da luta antirracista como agentes importantes nos processos formativos.

3.O Memórias de Baobá – é um encontro de formação realizado pelo Núcleo das Africanidades Cearense, da Universidade Federal do Ceará, que acontece desde 2010 à sombra de um baobá localizado na Praça do Passeio Público, em Fortaleza. O evento, também de abrangência internacional, tem colaborado na construção de outros referenciais formativos fundamentados nos valores civilizatórios africanos que tem impactado no campo da política curricular sobre o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no Ceará. Em 2023, o evento trouxe o tema “Ancestralidade, Pretagogia e Antirracismo na educação: vozes-mulheres semeando o esperar” a partir de um diálogo com as epistemologias negras e indígenas. No texto de apresentação do evento divulgado na página da Universidade Federal do Ceará está colocado: *Após 20 anos da lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país, e pouco mais de uma década após a adoção das cotas nas universidades, exigimos mais avanços nas políticas de permanência e na reformulação dos currículos escolares e universitários rumo à incorporação de pedagogias afrorreferenciadas como a Pretagogia. São essas vozes femininas que nos orientam e dão força para seguir lutando e gestando o futuro, sem desconectar da Anterioridade (2023).*

4.O Fórum de Ações Afirmativas e da Educação para as Relações Étnico-Raciais do Ensino Superior do Ceará – grupo que se articula a partir de representações das universidades públicas e privadas do Estado do Ceará, assim como de movimentos sociais tendo como principal objetivo debater ações para o

fortalecimento das políticas afirmativas para negros (as), indígenas, quilombolas e povos tradicionais; acompanhar e produzir reflexões sobre as ações de permanência para esses grupos e sobre a implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo da educação básica e superior. Uma das ações importantes no diálogo com a comunidade acadêmica do Estado trata-se da realização, a cada dois anos, do Seminário Povos Negros no Ceará. Em 2023, na sua terceira edição, o evento trouxe o tema “Os 20 anos das ações afirmativas: resistência, justiça e luta pela efetivação”.

5.A criação da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – De acordo com Gomes e Vieira (2013) a UNILAB, criada em 2010 no município de Redenção e Acarape-Ceará e São Francisco do Conde-Bahia tem como missão principal construir uma ponte histórica entre o Brasil e a África através dos países de língua portuguesa e tendo como princípios a cooperação solidária e um projeto político-pedagógico diferenciado. As autoras supracitadas destacam que a UNILAB é criada no contexto fortemente marcado pela atuação dos movimentos sociais que reivindicam a democratização do ensino superior e adoção das políticas afirmativas, sobretudo as cotas raciais, para o acesso e a permanência às universidades. Elas reforçam que: “A UNILAB, portanto, é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão com vocação para a construção de vínculos estreitos com a realidade local, ao mesmo tempo em que para a promoção do avanço da cooperação internacional com os países lusófonos (pág. 88)”. A criação dessa importante instituição do ensino superior trouxe o fortalecimento da interiorização do ensino superior no Estado do Ceará, sendo a quinta universidade pública criada no Estado. Atualmente o Ceará conta com seis universidades públicas, sendo 03 (três) estaduais: Universidade Regional do Cariri, Universidade Estadual do Ceará e a Universidade Estadual do Vale do Acaraú e 03 (três) federais: a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal do Cariri e a Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira.

A partir da sua política de internacionalização e de integração do Brasil com a África a UNILAB tem proporcionado a convivência com docentes e discentes dos países da África Lusófona com relevante contribuição as ações de intercâmbio e a produção do conhecimento ao assumir “o desafio de articular e ultrapassar o plano do local para o global, do regional para o nacional, do nacional para o internacional e de um só continente para o intercontinental” e nos reconectar à África reestabelecendo os elos que foram perdidos consequência do racismo que se

processou na sociedade brasileira (GOMES e VIEIRA, 2013).

Fruto das reivindicações dos movimentos negros cearense, no Estado do Ceará, somente a partir de 2017 temos as primeiras iniciativas de políticas afirmativas com a aprovação da Lei Nº. 16.197 que instituiu a política de cotas sociais e étnico-raciais nos vestibulares das universidades públicas do Estado e em 2021, a Lei Nº. 17.432 instituiu a política de cotas com a reserva de 20% para população negra nos concursos públicos estaduais. No entanto, vivemos um processo em curso num contexto de grande resistência pela ampliação e fortalecimento dessas políticas no âmbito das universidades públicas e nos demais serviços públicos.

Nos últimos anos tem se intensificado as mobilizações com a participação das organizações dos movimentos negros, de coletivos de juventudes negras, das ações movidas pelo movimento estudantil, dos congressos acadêmicos que pautam a discussão sobre o tema, com a ampliação das ações realizadas por pesquisadores (as) negros (as), a ampliação das universidades e dos espaços de produção de conhecimento que reivindicam o comprometimento do Estado, das instituições públicas e privadas pelo monitoramento e fortalecimento das políticas de cotas e de políticas curriculares capazes de promover uma releitura das relações raciais brasileira, das nossas relações com o continente africano e da participação da população negra na construção da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1980 marca um movimento de revisão da presença da população negra no Estado do Ceará quando se institui o movimento negro cearense com o Grupo de União e Consciência Negra, o GRUCON e com a realização de estudos que evidenciam a presença negra e quilombola no território cearense, a exemplo da dissertação de mestrado em Educação de Rosa Maria Barros Ribeiro: "Negros do trilho e as perspectivas educacionais (UFC, 1995)"; e do estudo de mestrado em Geografia de Alecsandro José Prudêncio Ratts: "Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará (USP, 1996)".

Esses movimentos se fortalecem a partir do século XXI com a intensificação do ativismo político no contexto nacional que se reflete também no Estado do Ceará com a expansão da atuação do Movimento Negro Unificado-MNU, do surgimento do Grupo de Valorização Negra do Cariri, na região Sul do Estado do Ceará, e de outros grupos/coletivos de mulheres negras, de juventudes negras, do

movimento quilombola, do movimento dos povos de religião de matriz africana.

No Ceará, assim como no contexto nacional, os movimentos negros assumem características culturais, religiosas, políticas dando continuidade ao processo de resistência iniciado desde os primórdios do escravismo criminoso no território brasileiro. Os estudos apontam que no Ceará sempre houve luta e resistência contra a situação a que a população negra foi colocada através da formação dos quilombos, das ações políticas movidas pelas irmandades negras, das práticas culturais e de sociabilidade que foram e ainda são espaços importantes de fortalecimento das identidades negras, das revoltas e greves como as ações protagonizadas por Francisco Nascimento e pela Tia Simoa, no final do século XIX.

É a partir do início do século XXI que se intensificam as ações desses movimentos na defesa da pauta das políticas afirmativas, ao mesmo tempo em que dialogam e fortalecem as reivindicações no contexto nacional. Denunciam que a “falsa abolição” não resolveu as desigualdades históricas provocadas pelo escravismo criminoso e que o racismo sistêmico e atualizado ao longo do tempo continua tendo efeito sobre as condições de vida da população negra. Nos últimos 15 (quinze) anos essa pauta entra na centralidade da agenda da luta antirracista no Ceará a partir de diversas iniciativas que surgem de diferentes pontos do Estado e que se articulam às reivindicações em torno da democratização do ensino superior e da implementação das políticas curriculares que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº. 9.394/96, alterada pela Lei Nº. 10.639/03, tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

No artigo apresentamos um panorama das atividades movidas pelos movimentos negros no Estado do Ceará. Do exposto, refletimos que sejam na realização das marchas, ocupando espaço nos fóruns e nos conselhos de participação da políticas públicas, articulando-se com pesquisadores (as) a partir dos núcleos e grupos de estudo e pesquisa que trabalham com o tema, com a ampliação das universidades no Estado do Ceará, com destaque para a importância da UNILAB no contexto das relações Brasil-África, promovendo reflexões sobre o tema nos congressos, realizando intervenções importantes na imprensa, articulando-se em rede com associações científicas, como a ABPN, e muitos outros espaços, esses movimentos tem apontado os desafios na superação das desigualdades impostas pelo racismo, mas também gerado um acúmulo de

conhecimentos que apresentam proposições importantes no fortalecimento das políticas afirmativas necessárias no enfrentamento ao racismo no contexto cearense e no Brasil como um todo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Vanessa Oliveira de. *Marcos constituintes das universidades: diálogo com as questões sociais e étnico-raciais*. REVISTA ENSAIOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO E CULTURA –2019.2/ vol. 4 –n. 7.

BEZERRA, Maria Raiane Felix. *Movimentos Negros no Ceará: um olhar sobre o Movimento de Mulheres Negras do Cariri*. O Público e o Privado · nº 40 · set/dez · 2021.

BRASIL. Lei Nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: [L12711 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)

BRASIL. Lei Nº. 12.990/2014, de 09 de junho de 2014. Disponível em: [L12990 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)

CARVALHO, José Jorge. *As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seus impactos nas ciências sociais brasileiras*. Teoria e Pesquisa: 42 e 43. Julho de 2023. Acesso em 05.11.2023.

CARVALHO, José Jorge. *O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro*. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006.

CEARÁ. Lei Nº. 16.197, de 17 de janeiro de 2017. Disponível em: [LEIZNZ16.197ZZ2016 \(1\).pdf](http://leiznz16.197zz2016(1).pdf)

CEARÁ. Lei 17.432, de 25 de março de 2021. Disponível em: [Lei Ordinária 17432 2021 de Ceará CE \(leisestaduais.com.br\)](http://leisestaduais.com.br)

CUNHA Jr., Henrique. *A formação de pesquisadores negros: o simbólico e o material nas políticas afirmativas*. In.: GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz e SILVÉRIO, Valter Roberto. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes*. Política e Sociedade. Volume 10 – Nº. 18 – Abril de 2011.

GOMES, Nilma Lino; VIEIRA, Sofia Lerche. *Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afrobrasileira (UNILAB)*. Revista Lusófona de Educação, 24, 2013.

NUNES, Cicera; LUZ, Itacir Marques da. *Sobre o ancestral, o legado e o registro: discutindo a experiência do Congresso Artefatos da Cultura Negra pelas lentes da educação patrimonial*. Sillogés – v.5. n.1. jan./jul. 2022.

PEREIRA, Amauri Mendes. *"Quem não pode atalhar, arroteia!"*. Reflexões sobre o

desafio da práxis de educadores dos agentes da Lei Nº. 10.639/03. In.: 30ª. Reunião Anual da ANPED. GT Afro-Brasileiros e educação, ANPED: out./2007.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. *O negro no Ceará (ou o Ceará negro)*. In.: CUNHA Jr., Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, Cicera. *Artefatos da Cultura Negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIBEIRO, Rosa Maria Barros. *Negros do trilho e as perspectivas educacionais*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Educação, Fortaleza (CE), 1995.

SANTOS, Sérgio Pereira dos; ROCHA, Emerson Ferreira. *Entre o esconderijo do privilégio e a blindagem racial de brancos e negros*. Rev. Edu. Foco, Juiz de Fora Vol. 27, Fluxo Contínuo, 2022.

SILVA, Joselina da; CARMO, Nicácia Lima do. 1945/1988/1997 – *Cotas para negros no Brasil: uma conversa que vem de longe*. O Social em Questão - Ano XX - nº 37- Jan a Abr/2017.

SILVA, Livia Maria Nascimento. *Justiça social afrodiáspórica: pensando alternativas à lógica desenvolvimentista a partir da atuação do Grupo de Valorização Negra do Cariri*. Rio de Janeiro: CEEJ, 2023.

VIEIRA, Cleber Santos. *Políticas de ações afirmativas: subsídios para o debate de aprimoramento*. Revista da ABPN • v. 13, n. 36 • Mar - Mai 2021.